ISSN 2359-053x

ANO 3 - NÚMERO 30 - ABRIL 2017

Xapuri
SOCIOAMBIENTAL

R$ 10

BRASIL INDÍGENA:

25 gerações de resistência contra os mensageiros de Jurupari

p. 10

CULTURA
Futebol: a máfia ainda no poder

p. 20

ECOTURISMO
Abadiânia Velha: recanto esquecido no coração de Goiás

p. 28

GASTRONOMIA
Chibé: prato básico da culinária Amazônica

p. 32

28/04
GREVE GERAL

Lute hoje!
Amanhã poderá
ser tarde demais!

Trabalhadores de todo o país contra a retirada de direitos!

FENAE

APCEF

#NENHUMDIREITOAMENOS
#NÃOÀREFORMADAPREVIDÊNCIA
#NÃOÀREFORMATRABALHISTA
#NÃOÀTERCEIRIZAÇÃOSEMLIMITES
#NÃOAOAJUSTEFISCAL

> **Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo.**
>
> José Saramago

COLABORADORES/COLABORADORAS ABRIL

Altair Sales Barbosa – Antropólogo. Arqueólogo. Antenor Pinheiro – Jornalista. Bia Kalunga – Educadora. Eduardo Henrique – Estudante. Fotógrafo. Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Iasmin Reis – Fotógrafa. Iêda Leal – Educadora. Escritora. Iêda Vilas-Bôas – Educadora. Escritora. Jaime Sautchuck – Jornalista. José Leonardo Ferreira – Dr. em Ciências Espaciais e professor do Instituto de Física da Universidade de Brasília – UnB. Leonardo Boff – Filósofo. Teólogo. Lúcia Resende – Educadora. Paul Ojuara – Biólogo. Fotógrafo. Trajano Jardim – Jornalista. Xico Mendes – Professor. Escritor. Poeta. Zezé Weiss – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk
2. Zezé Weiss
3. Altair Sales Barbosa
4. Binho Marques
5. Graça Fleury
6. Jacy Afonso
7. Juan Pratginestòs
8. Elson Martins
9. Neusimar Coelho
10. Ronei Alves
11. Ieda Vilas-Bôas
12. Trajano Jardim

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (61) 9 9967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Atendimento: Zezé Weiss (61) 9 9967 7943; Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 9926 0445. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/GO. Menor Aprendiz: Ana Beatriz Fonseca Martins. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 10.000 exemplares. Logística: Iasmin Reis. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info – bilíngue – todo o território nacional, países de línguas portuguesa e inglesa. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação Revista Web - Todo o território nacional. ISSN 2359-053x.

Um povo indígena é o autóctone, nativo de alguma região do mundo. O primeiro a ocupar esta ou aquela parte do Planeta e nela implantar um jeito próprio de viver, desde os primórdios da Humanidade.

O território onde hoje está o Brasil foi e ainda é ocupado por grande variedade de nações nativas, com seus costumes, hábitos e línguas, que aos poucos vão sendo sufocados pela cultura imposta pelo colonizador.

É como se Jurupari, o espírito do mal, rondasse as aglomerações desses povos nas noites de pouca Lua, com seus ruídos estridentes, espalhando maldades e pregando seu fim.

Gu-ê-Crig, um personagem fictício, eremita, presente nesta edição da Xapuri, como matéria de capa, nos relata a saga dessa nossa gente desde o início da chegada dos mensageiros de Jurupari, há 25 gerações.

Como complemento, tratamos do caso de suicídios entre jovens Guarani-Kaiowá, vítimas do mal praticado por outros humanos.

Mas a Xapuri nº 30 traz muito mais a seus leitores. As recentes jogadas da máfia que comanda o futebol tupiniquim, apesar do sucesso de Tite na Seleção, e os novos passos do Programa Espacial Brasileiro são dois exemplos.

Os encantos das flores do Cerrado vendidas nas bancas junto à Catedral de Brasília e o bucolismo dos casarões antigos da velha Abadiânia, que contam um pouco da história de Goiás, são outros dois.

E, ainda, uma adaptação do clássico Grandes Sertões aos ermos do Vale do Urucuia, sertão das Gerais, feita pelo escritor e poeta urucuiano Xico Mendes. Ou o sofrimento do pedestre em nossos centros urbanos, que privilegiam o automóvel particular.

Sim, e a culinária amazônica, na receita do Chibé de Erva-Cidreira, que alimenta os povos e acalma a fome dos meninos das várzeas do Norte, segundo os versos do poeta Thiago de Mello.

Isso tudo e muito mais você encontrará nestas páginas que começa a folhear.

Bom proveito!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura,
faz a Xapuri continuar acontecendo!

REVISTA IMPRESSA ANUAL R$ 110,00 12 EDIÇÕES BIANUAL R$ 199,00 24 EDIÇÕES (BÔNUS: REVISTA DIGITAL)

REVISTA DIGITAL ANUAL R$ 55,00 12 EDIÇÕES BIANUAL R$ 99,00 BÔNUS: REVISTA IMPRESSA (DO MÊS DA ASSINATURA)

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 30 ABR 17

10 **CAPA**
Brasil Indígena: 25 gerações de resistência contra os mensageiros de Jurupari

14 **POVOS INDÍGENAS**
Suicídio indígena entre jovens Guarani-Kaiowá: um perverso impacto dos mensageiros de Jurupari

18 **CIDADANIA**
Juventude negra: sobrevivência, educação e futuro

20 **CULTURA**
Futebol: a máfia ainda no poder

37 **MITOS E LENDAS**
A lenda do Pirarucu

42 **UNIVERSO FEMININO**
Rigoberta Menchu Tum lenda viva na defesa dos povos indígenas

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

24 **CIÊNCIA**
Boas novas no Programa Espacial Brasileiro

26 **BRASÍLIA**
O tradicional encanto das flores do Cerrado nas bancas da Catedral de Brasília

28 **ECOTURISMO**
Abadiânia Velha
Recanto esquecido no coração de Goiás

30 **LITERATURA**
Sertão

32 **PERFIL**
Vladimir Carvalho
Cineasta velho de Guerra

36 **GASTRONOMIA**
Chibé: prato básico da culinária Amazônica

40 **CAATINGA**
Rubiáceas na Caatinga

41 **HISTÓRIA SOCIAL**
Quilombo Kalunga

44 **URBANIDADE**
O difícil caminhar

48 **SUSTENTABILIDADE**
O casamento entre o céu e a Terra

49 **VIDA ANIMAL**
Iguanas, turismo, selfies e meio ambiente

Mensagens pra Xapuri

Cada dia gosto mais da Xapuri. Parabéns pra toda a equipe que faz essa revista com tanta qualidade e bom gosto!
Binho Marques – Cuiabá – Mato Grosso.

Obrigado, Jaime, por essa bela Revista, cujos artigos são sempre atuais, oportunos e muito educativos. Abraço.
Dionísio João – Brasília – Distrito Federal.

Lúcia Resende, transmita meus cumprimentos a todos e todas que fazem do ofício de escrever esse lindo bordado que é a revista Xapuri.
Rejane Araújo Oliveira – Planaltina – Distrito Federal.

contato@xapuri.info

As imagens mais populares da @revistaXapuri

@fraanbio

@emparsanchisfabra

@clarasvb

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

CAIXA FECHARÁ 120 AGÊNCIAS MESMO COM LUCRO DE R$ 4,1 BI EM 2016

No dia 28 de março, de forma arbitrária e ditatorial, a Caixa anunciou que fechará 120 agências ainda este ano, mesmo obtendo um lucro líquido de R$ 4,1 bi em 2016. Também anunciou que recorrerá na Justiça contra a convocação de 2 mil bancários aprovados em concurso público.

Essas medidas, segundo o Sindicato dos Bancários de Brasília vão de encontro à missão da empresa, que nasceu 100% pública com a missão de contribuir para o desenvolvimento do país. Também vão na contramão do que foi tratado entre a Comissão Executiva dos Empregados e a diretoria do banco, na última negociação, quando foi negado o fechamento de agências.

De acordo com o Dieese, em 12 meses, já foram encerrados mais de 2 mil postos de trabalho. Em contrapartida, no mesmo período, o número de clientes aumentou em 4,1 milhões (+ 5%), totalizando 87,1 milhões. Para o Sindicato, está claro que a Caixa é altamente sustentável. O que falta, realmente, é uma quantidade de empregados que suporte o volume de trabalho e de negócios.

Foto: www.noticias.uol.com.br

BRASIL INDÍGENA:

25 gerações de resistência contra os mensageiros de Jurupari

Altair Sales Barbosa

Eu sou Gu-ê-Crig, único sobrevivente de um povo que se extinguiu. Dentro da nossa cosmovisão originária, povoa um personagem enigmático, maligno e demoníaco, ao qual os meus irmãos indígenas atribuem o nome de Jurupari.

As mulheres e crianças das aldeias ficam arrepiadas quando seu nome é mencionado. Ninguém sabe como é, ninguém conhece sua forma, porque ele nunca aparece, sempre atua através de mensageiros, que tomam formas humanas e sempre chegam aos territórios dos meus irmãos indígenas após um som estranho, imitando o ruído produzido por um instrumento de sopro feito de cabaça doce.

Chegam travestidos de inúmeros personagens e por onde passam deixam um rastro enorme de desestruturação, mudam o rumo dos caminhos, criando dessa forma encruzilhadas confusas e arriscadas. Intimidam os homens com artifícios perigosos qual choque de poraquê, desrespeitam as mulheres, principalmente as mais jovens, e ainda cometem um mal maior: espancam as crianças.

Os geraiseiros, que tomaram emprestado um pouco da descendência indígena e convivem nos sertões dos Gerais, afirmam que Jurupari aparece nas noites de lua minguante, no alto das copas de sabiú, planta típica daqueles Gerais. Nessas fases lunares, todas as noites, seus secretários, súditos e bajuladores se reúnem para ouvi-lo. Depois, tocam o tal instrumento de cabaça doce, dançam e desaparecem em várias direções.

Os geraiseiros ainda contam ser esta a causa da compactação do solo debaixo dos sabiús; por isso, nenhuma plantinha germina ali. Com toda certeza, Jurupari ficou sabendo dos paraísos indígenas desde muitas luas. Até os dias atuais, seus mensageiros e bajuladores ainda andam perseguindo meus irmãos. Não contentes com o que fizeram, os atormentam de diversas outras maneiras.

Antes, porém, de lhes mos-

trar a atual encruzilhada em que os seguidores de Jurupari fizeram enveredar os indígenas, vou relembrá-los um pouco da história que as nações indígenas construíram nos sertões de dentro, desta terra que mais tarde seria conhecida como Brasil.

Desde abril de 1500, quando as naus portuguesas chegaram ao litoral deste território, numa enseada batizada com o nome de Bahia de Todos os Santos, cerca de 25 gerações se passaram. Naquela época os meus ancestrais indígenas já estavam na região dos grandes sertões há pelo menos 550 gerações.

Quando eles chegaram ao centro do que hoje é o Brasil, uma sensação estranha lhes tomou conta: pensaram ter descoberto o paraíso, tal a opulência de recursos. As paisagens, com seus inúmeros rios de águas cristalinas, repletos de peixes, com seus variados frutos comestíveis, com uma diversidade enorme de animais e ainda com inúmeros abrigos naturais, os acolheram de forma tão carinhosa que eles souberam retribuir a acolhida com uma grande pitada de carinho cultural e harmonia.

Os ameríndios, como também nos apelidaram, chegaram neste ambiente como nômades, caçadores, pescadores e coletores das sobrevivências. As moradias eram os abrigos naturais ou cavernas, locais onde enterravam e veneravam os mortos. Nestes locais, sempre realizavam cerimônias, gravavam mensagens, ou simplesmente decoravam artisticamente suas paredes.

Mais tarde, com as diversas oportunidades que o ambiente oferecia, aprendemos a domesticar alguns dos vegetais nativos, e dessa forma alguns dos meus ancestrais se transformaram em horticultores.

Com isso, deixamos a moradia das cavernas e passamos a colonizar os verdejantes vales dessa terra, onde se implantaram grandes aldeões. Entretanto, mesmo vivendo em áreas abertas ou aldeias, nunca deixamos de visitar os abrigos naturais ou cavernas, as antigas moradias, pois sempre soubemos respeitar e reverenciar a memória de nossos antepassados.

O futuro chegou com a rapidez de um relâmpago, com sua ideologia economicista, passou sobre nossa ancestralidade como um rolo compressor.

Todos foram e são estereotipados na forma de vários preconceitos. Até o título de preguiçoso nos cunharam, simplesmente porque não aceitávamos, e não aceitamos até hoje, o regime da escravidão. Segmentos da sociedade, os fiéis mensageiros de Jurupari procuraram marginalizar meus antepassados de várias maneiras, incluindo o uso da força. E, por isso, muitos tiveram que refugiar nos rincões mais escondidos e inacessíveis dessa terra.

Entretanto, a cultura e sua identidade com a terra era tão forte que, mesmo deixando somente rastros, ficaram profundas heranças das inúmeras gerações na cultura do povo que foi se formando e mais tarde recebeu o nome de brasileiro. E, se tiverem a honestidade de olhar além das aparências, verão que não somente os brasileiros, mas muitos outros povos incorporaram no seu viver cotidiano elementos que os indígenas lhes legaram.

Assim aconteceu com o feijão, por exemplo, tão apreciado como alimento desde o Brasil até o Texas. Esse vegetal é uma planta da família *leguminosae* que foi domesticada pelos meus ancestrais da mesma forma que domesticaram o abacate, o abacaxi, o tomate, o pimentão e a pimenta, plantas essas que foram muito disseminadas mundo afora.

Também domesticaram o tabaco, planta da família solanácea, e o usavam em rituais para amenizar as dores e situações de estresse, da mesma forma que meus irmãos do altiplano andino usavam e ainda usam a coca para amenizar os efeitos da altitude e evitar a labirintite causada pela escassez de oxigênio.

A sociedade que se formou, cujos valores são modelados pela conhecida civilização ocidental de origem europeia e arábica, aproveitou essas plantas e deu a elas outras formas de uso.

Os irmãos mexicanos criaram o milho, cruzando dois tipos de gramíneas nativas. Esse cereal irradiou com tamanha força e tamanho sucesso entre todos os meus ancestrais das Américas que hoje movimenta parte da economia mundial.

Algumas das bebidas, cremes e doces que também meus ancestrais utilizavam, e alguns de seus descendentes ainda utilizam, alcançaram mercados mundiais, como o guaraná, bebida energética e refrescante, os cremes das palmeiras Açaí, Patauá, Bacaba, Buriti... aos quais atribuíam o nome de sembereba. O creme de Cupuaçu, as Castanhas do Pará, do Caju, do Baru, do Pequi, amendoins... fazem parte de uma imensa listagem dessa contribuição.

Um dos nossos cremes ficou tão famoso que o mundo até esquece sua origem indígena. Trata-se do creme da amêndoa do cacaueiro, planta nativa das florestas equatoriais, cujo doce hoje em dia é o mais apreciado da Terra, isto porque os europeus se apossaram dele e nele adicionaram o leite taurino, dando origem ao chocolate.

Os indígenas ensinaram o mundo a usar o látex da seringueira, planta nativa do ecótono Amazônia e Cerrado. Hoje essa matéria-prima movimenta desde os corpos das pessoas pelos solados dos sapatos até caminhões e aviões pelos pneus.

Também domesticaram batatas, inhames e mais de trezentas raças de mandioca, que hoje é alimento importante na vida de muita gente. Ensinaram a consumi-la cozida ou assada e a processá-la na forma de tapioca, polvilho, crueira, puba, beijus, e dela fizeram o primeiro alimento desidratado da história da humanidade: a farinha.

Ensinaram os novos colonizadores a consumirem muitas plantas nativas para saciarem a fome e curarem certas doenças. Assim, a sociedade aprendeu a consumir a mangaba, o caju, o pequi... a beber o chá da douradinha e da congonha-do-campo e a curar a malária usando a entrecasca do quinino.

Muitos outros segredos vegetais conseguiram ensinar ao novo colonizador, que hoje os incorporou na farmacopeia universal. Entretanto, muitos ainda estão guardados com o pouco que restou dos indígenas, não por egoísmo, mas porque a sociedade que se formou nunca se importou em conhecê-los para o benefício de toda a humanidade.

Mas os mensageiros de Jurupari conseguem esses conhecimentos para uso comercial e empresarial, na forma como a sociedade designa de biopirataria.

Este é o resumo da minha e da nossa trajetória indígena. Não sei quantas línguas desapareceram. Sei somente que sou o único sobrevivente de um grande massacre que ainda fala a antiga língua que era do meu povo Akroá.

Vivo refugiado, solitário nas escarpas de uma serra. Era jovem quando os mensageiros de Jurupari chegaram à minha aldeia. Não pude suportar tamanha dor e saí correndo feito um caititu espantado. Quando olhei para trás, ainda pude enxergar, por entre os galhos, minha graciosa rede de buriti.

Os meus outros irmãos indígenas, que hoje tentam viver em aldeias, devem ter organizado mais de uma vez a sua sociedade e a sua cultura com os restos que salvaram do impacto, readaptando-os de acordo com as novas condições e necessidades.

Tudo que meus irmãos indígenas ensinaram aos mensageiros de Jurupari eram coisas verdadeiras e úteis. Em contrapartida, quase tudo que nos falaram e prometeram eram falsidades e mentiras. Digo quase tudo, porque sei que nem todos são mensageiros de Jurupari.

Apenas uma verdade eu e meus irmãos aprendemos com os mensageiros e que, por incrível coincidência, se assemelha à história que meu povo contava sobre Jurupari e que pode ser resumida numa única frase: o Diabo, quando não vem, manda o secretário.

Altair Sales Barbosa
Doutor em Antropologia e Arqueologia pela Smithsonian Institution Washington D.C. Pesquisador do CNPq. Especialista em Geologia do Quaternário.

POVOS INDÍGENAS

Zezé Weiss

SUICÍDIO INDÍGENA ENTRE JOVENS GUARANI-KAIOWÁ:
UM PERVERSO IMPACTO DOS MENSAGEIROS DE JURUPARI

Zezé Weiss

Foto: cacisufu.wordpress.com

Já faz muito tempo que os mensageiros de Jurupari tiraram do povo Guarani-Kaiowá o direito sagrado de morrer a boa morte.

Para os Guarani, ao nascer cada pessoa ganha a companhia de *mokoi* e *gwyra*, dois pequenos pássaros que se tornam os guardiões do *ayvu*, a força motora da alma humana. Quando envelhece, o corpo vai-se desgastando até que, um dia, naturalmente, os pássaros voam de seus ombros e voltam para o cosmo, dando ao ser que guardavam o descanso da boa morte.

Tem vezes, entretanto, em que os mensageiros de Jurupari têm o poder de afugentar *mokoi* e *gwyra* bem antes de o corpo envelhecer. Palavras duras, violência, expulsões da *tekohá* (terra sagrada), pobreza, fome, alcoolismo, traições, desesperança, são coisas que assustam os pássaros, fazendo com que voem para longe.

Algumas vezes, os pássaros voltam. Outras, não. Quando *mokoi* e *gwyra* voam, os espíritos malignos, como o *anguè*, que estão sempre à volta, podem assumir o controle, levando as pessoas a fazerem coisas tristes como, por exemplo, passar uma corda sobre o galho de uma árvore, enrolar no próprio pescoço, e pular para o *jejuvy*.

Para os Guarani-Kaiowá, o *jejuvy* (suicídio) acontece quando o *anguè* sufoca a pessoa, fazendo com que queira morrer. É quando os espíritos malignos são libertados e, se ninguém agir rápido para detê-los, eles vão se espalhando e causando todo tipo de sofrimento – incluindo o *jejuvy* de muitas pessoas, e muitas famílias, e por muito tempo, em ciclos demorados.

Em um ciclo que parece não acabar nunca, há décadas o *anguè* do enforcamento vem tirando a vida de jovens das comunidades Guarani-Kaiowá do Mato Grosso Sul, estado com uma população indígena de 70 mil indivíduos, a segunda maior do país, depois apenas do Amazonas.

Ninguém sabe quando os pássaros começaram a partir em revoada, permitindo a ação alarmante do *anguè* do enforcamento. Mas foi no ano de 1986 que as autoridades brasileiras de saúde indígena notaram um aumento incomum de suicídios – de cerca de 5 casos por ano para 40. De lá pra cá, a média subiu para 46 por ano, taxa 21 vezes maior do que a média brasileira.

Segundo estatísticas nacionais e internacionais, no Brasil e no mundo são as pessoas de mais idade, sobretudo os homens maiores de 60 anos, que mais cometem suicídio. Entre os Guarani-Kaiowá, os espíritos malignos priorizam o ataque à juventude: quem mais morre são as pessoas jovens.

Em março de 2017, a jornalista canadense Stephanie Nolen, publicou no The Globe and Mail (www.theglobeandmail.com) a matéria *"Os esquecidos: por dentro da crise dos suicídios indígenas no Brasil"*. Nela, reporta e busca as causas para o *jejuvy* recente de dezenas de jovens, entre 14 e 20 anos, nas comunidades Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, nos anos de 2015 e 2116.

"Quando perguntei às pessoas por que elas achavam que os jovens Guarani-Kaiowa estavam se matando, elas me contaram histórias sobre a perda de suas terras e rituais que não são mais realizados, sobre o fascínio que a cidade representa, com seus sapatos caros e celulares nas vitrines... Sobre doenças crônicas e o desemprego quase universal. Sobre abuso de álcool e de drogas, e uma geração de filhos cujos pais sen-

tem que não podem mais controlar. (E uma geração de filhos que acham que seus pais não devem mais tentar controlá-los.) Ouvi sobre as características dos Kaiowa, que alguns descreveram como um povo fechado, reservado, que não costuma compartilhar suas emoções e que, quando coloca uma ideia na cabeça, vai até as últimas consequências".

Embora existam poucas pesquisas sobre as razões dos altos índices de suicídio entre jovens Guarani-Kaiowá, sabe-se que estudam em escolas precárias, vivem em constante pânico da expulsão da terra onde nasceram, não conseguem realizar os rituais de proteção em seus locais sagrados, e estão expostos às drogas e aos bens de consumo ocidentais cuja renda, com frequência inexistente, porque a maioria não tem emprego, não lhes permite comprar.

Para seus pais, pajés e lideranças comunitárias, é essa dicotomia de mundos que, alimentada pelas doenças crônicas, pelo álcool, pelo desemprego e pelas desilusões cotidianas, afasta os pássaros protetores dos ombros de sua juventude. Essas seriam as razões porque *mokoi* e *gwyra* vão-se afugentando para longe, deixando o espaço livre para que os espíritos malignos possam dominar os corações e mentes das gerações mais jovens.

Essa é uma situação que vai se agravando, mas que não vem de agora. A história mostra que na região do Pantanal, onde hoje se encontra o estado do Mato Grosso do Sul, o controle das migrações indígenas pelo governo federal, por meio da expulsão de suas terras e do confinamento das famílias em pequenas reservas com recursos naturais insuficientes para a sobrevivência comunitária, data do ano de 1915.

Mas foi a partir da década de 1970 que as poucas áreas que restavam de florestas nativas, onde se abrigavam os povos originários, foram violentamente ocupadas pelas fazendas de gado, pelas plantações de erva-mate, fazendo ruir de vez o mundo indígena, cujos filhos e filhas foram obrigados a trabalhar como escravos, sem remuneração, tanto na preparação das novas fazendas como na construção das estradas, para desaguar a produção dos mensageiros de Jurupari.

Assim, os Guarani-Kaiowá, que sempre foram um povo seminômade, perderam a liberdade de ir e vir, as áreas de onde foram despejados, as florestas de onde ainda tiravam seu sustento, e também os locais onde praticavam seus rituais sagrados. Para um Guarani-Kaiowá, o *tekohá* de sua família, sua terra tradicional e sagrada, é a fonte do *teko pora* – condição essencial para um ser humano "ficar vivo e bem".

Como já não se sentem nem vivos, nem bem, os Guarani-Kaiowá acreditam que é por isso que se tornam mais vulneráveis às mortes, aos homicídios, aos suicídios, às mazelas todas que incessantemente se aproveitam dos voos de *mokoi* e de *gwyra* para flagelar suas vidas.

E, pior, como os rezadores e as rezadoras já não fazem seus rituais de proteção nos locais sagrados, seja pela falta de acesso, seja pela pressão das igrejas evangélicas que, nos últimos 15 anos, vêm sistematicamente desencorajando o contato de seus fiéis com os rituais do sagrado indígena, os Guarani-Kaiowá sentem-se cada vez mais desprotegidos, cada vez mais à mercê do *anguè* e de todos os espíritos malignos.

Por cima de tudo isso, o povo Guarani-Kaiowá tem, ainda, que lutar com a violência que vem da luta por seus *tekohás*, trazidas pelos mensageiros de Jurupari. Desde a década de 1980, em uma luta desigual, as lideranças indígenas coordenam tentativas de recuperar as terras perdidas para o agronegócio, em conflitos que acabam sempre em ameaças, sequestros, desaparecimentos e mortes de indígenas, e na impunidade das forças do latifúndio.

À jornalista Stephanie Nolen, Izaaque João, professor de espiritualidade Guarani-Kaiowá, sintetizou o que compreende como causa principal dos suicídios indígenas, principalmente entre as pessoas jovens:

"Sem as cerimônias para controlar os espíritos que se espalham durante o *jejuvy* e sem os rituais de proteção, os espíritos malignos vão tomando o lugar dos pássaros e, assim, vão destruindo os bons pensamentos de uma pessoa, depois passam pra outra, depois pra outra, até dizimar comunidades inteiras".

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

SINDPD-DF E ESTUDANTES DO UDF DEBATEM REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TI

Fotos: Marcelo Lima

No mês de março, o presidente do SINDPD-DF, Djalma Ferreira, e o secretário-geral, Edson Simões, realizaram um bate papo com os estudantes universitários do Centro Universitário UDF sobre a regulamentação da profissão de TI no seminário "Regulamentação da Profissão - Desafios e Direitos dos Trabalhadores de TI: regulamentar é preciso?".

Durante o debate, os dirigentes sindicais explicaram qual o papel do sindicato, como foi construída a discussão da regulamentação, as dificuldades para regulamentar e debateram a precarização das relações de trabalho e os impactos em uma profissão não regulamentada.

Um dos principais questionamentos dos estudantes e profissionais de TI que participaram do debate foi relativo ao projeto de terceirização e como precariza as relações de trabalho. Segundo Djalma Ferreira, "a terceirização prejudica toda a classe trabalhadora quando vulnerabiliza as relações de trabalho, principalmente em profissões não regulamentadas".

Segundo o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) "a intensificação da terceirização no Brasil, ainda nos anos 70, tornou essa modalidade de contratação uma das mais recorrentes formas de captação e manutenção de trabalhadores para a realização de serviços diversos. Porém, a carência de uma regulamentação precarizou as relações de trabalho e não limitou a ânsia empresarial de transferir toda a produção entre empresas.

O professor Jorge Luiz Santana, coordenador do curso de TI do UDF, citou alguns exemplos como de empresas que procuram estagiários ou profissionais no centro universitário e exigem inúmeros itens e oferecem baixos salários. "Eu sempre questiono essas pessoas a respeito da desvalorização do profissional com essa prática e achei importante o sindicato vir conversar conosco, porque a regulamentação é um assunto que nos interessa", afirmou.

O SINDPD-DF deve seguir com o projeto em outras universidades nos próximos meses. "Agradecemos a receptividade do professor Jorge e do UDF em abrir as portas para a discussão desse tema ao sindicato. Vamos fortalecer essa parceria e contar com a academia e os estudantes nesse debate", afirmou Simões.

O que é regulamentar a profissão de TI

É criar uma lei para a categoria que definirá quem é o trabalhador de TI, quem pode trabalhar na profissão, qual a formação exigida, as principais atividades/campos de atuação, entre outros. Nela estão os direitos e deveres do trabalhador e dos empregadores. Nos tempos atuais outros debates se fazem necessários como o direito de propriedade do trabalhador.

Com a regulamentação, o sindicato acredita no fortalecimento das relações de trabalho, melhor organização dos trabalhadores, combate ao déficit de profissionais e estímulo aos novos talentos.

Dificuldades para regulamentar

A grande discussão atual é a respeito das formas de regulamentar:

1) Com conselho da categoria, mas em outro modelo que não o atual;

2) Com conselho da categoria, em modelo cartorial como o atual;

3) O exercício e cadastramento sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego.

A defesa do SINDPD-DF é pela regulamentação da profissão com um conselho de classe profissional para certificar habilitações e capacidades e, simultaneamente, fiscalizar as ações dos profissionais, mesmo de quem não seja participante, e utilizar os meios legais para efetivar punições e buscar reparações aos maus profissionais e aos entes que agem com desconformidade.

Importante esclarecer que este conselho não tem o formato dos conselhos autárquicos que estão atrelados à estrutura de governo, mas de forma compartilhada com a sociedade, será um instrumento para complementar o sistema legal, isto é, a Constituição, Leis, Códigos, Regulamentos, Normas, entre outros, contribuindo para o desenvolvimento técnico e ético da categoria de TI.

JUVENTUDE NEGRA:

SOBREVIVÊNCIA, EDUCAÇÃO E FUTURO

Iêda Leal de Souza

O Brasil está diante de uma realidade de matança generalizada da sua população jovem, notadamente os jovens negros, que são as principais vítimas da violência letal.

Em 2012, segundo a prévia do Mapa da Violência publicado em 2014, as mortes juvenis (de indivíduos de 15 a 29 anos) provocadas por causas externas representaram 71,1% do total de mortes, enquanto para a população não jovem esse índice foi de 8,8%; os homicídios juvenis tiveram participação de 38,7% na mortalidade total, sendo 93,3%, jovens do sexo masculino; entre os não jovens, 2,4% das mortes por causas externas foram decorrentes de homicídios.

Esse quadro é ainda mais aterrador para a juventude negra: no período de 2002 a 2011, a participação de jovens negros no total de homicídios no país se eleva de 63% para 76,9%, enquanto que a participação de jovens brancos decresce de 36,7% para 22,8%. Os números mostram ainda que a vitimização dos jovens negros, no mesmo período, subiu de 79,9 para 168,6; isso quer dizer que para cada jovem branco assassinado, há 2,7 jovens negros vítimas de homicídio. Esse cenário é tão alarmante que ativistas e especialistas têm denominado o fenômeno de genocídio da juventude negra.

O genocídio é muitas vezes iniciado devido a sentimentos de xenofobia e consiste na intenção de eliminar totalmente, ou em parte, um grupo ou comunidade com a mesma característica étnica, racial, religiosa ou social. Também podem ser consideradas como genocídio práticas como o ataque à integridade física ou psíquica; a imposição a viver em condições desumanas que podem levar à morte; a transferência, por coação, de crianças de um determinado grupo étnico para outro.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI/2015) que investigou casos de violência contra jovens negros e pobres no Brasil concluiu que essa parcela da população vem sendo vítima de uma espécie de "genocídio simbólico".

Estatísticas e fatos apurados pela CPI ao longo de quatro meses colocam o homicídio como a principal causa de morte de brasileiros entre 15 e 29 anos e definem o perfil predominante das vítimas: negros do sexo masculino, com baixa escolaridade e moradores das periferias.

A grande desigualdade é confirmada pela chance 3,7 vezes maior de um adolescente negro ser vítima de homicídio, se comparado a um adolescente branco. A ausência ou insuficiência de serviços públicos básicos, tais como educação e lazer, nos lugares onde a maior parte da população é negra são apontadas como fatores principais. Por isto indicamos aqui a educação pública como corresponsável por esse fenômeno, ao não ter sido capaz ainda de atrair e manter esses jovens no ambiente escolar.

"no Brasil, a ditadura nunca se extinguiu para a gente de pele escura: a antilei o falso indício o sumiço a tortura."

Ditadura branca
Landê Onawale
cadernos negros
volume 39

A vulnerabilidade em que se encontram pode ser explicada, em boa parte, pela falta de identificação desses jovens com a escola. O currículo escolar e as práticas pedagógicas desenvolvidos em geral não cumprem essa finalidade, pois permanecem longe de reconhecer e valorizar a sua história, cultura e tradições como requer aplicação da Lei nº 10.639/2003, modificada pela 11645/2009.

Apesar de reconhecermos, pelo menos no nível do discurso, que a diversidade nos enriquece, sabemos que nas relações de poder, dentro e fora da escola, as diferenças socialmente construídas entre brancos e negros foram naturalizadas e transformadas em justificativas para as desigualdades entre esses dois segmentos.

A educação tem um papel fundamental na busca de equidade e mais oportunidades para todos e todas, mas a juventude negra continua preferindo o fundo da sala de aula. A abordagem dos conteúdos formulados para o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos ainda não dialoga com essa face da realidade social brasileira. Os/as educadores/as ainda não reconhecem na trajetória dos sujeitos presentes na comunidade escolar os saberes, a memória e os sinais do enfrentamento cotidiano das desigualdades socioeconômicas e raciais.

Na relação construída entre educadores e educandos, o estímulo à afirmação das identidades racial e cultural dessa juventude deve ser considerado como elemento essencial para a produção de conhecimentos potencialmente transformadores das relações de poder que se desenrolam na escola.

Esse é o ponto de partida para o exercício de uma prática pedagógica comprometida com a superação da educação pautada única e exclusivamente pela nossa matriz etnicorracial e cultural europeia. Tendo em vista esse comprometimento, é necessário propor e executar ações efetivas de enfrentamento dessa realidade, a começar pelo acolhimento dessa juventude no ambiente escolar.

Iêda Leal de Souza
Educadora. Texto publicado no fascículo 2 : Educação para as Relações Etnicorraciais da CNTE/ Luís Cláudio de Oliveira , Roseane Ramos Silva , Janira Sodré Miranda ; coordenação de Iêda Leal de Souza - 2016 - pág. 34.

FUTEBOL: A MÁFIA AINDA NO PODER

Jaime Sautchuk

A Seleção Brasileira segue de forma brilhante sua trajetória rumo à Copa do Mundo da Rússia, no ano que vem, sob o comando do técnico Tite, que se impõe pela competência. No entanto, enquanto isso a máfia que controla o futebol tupiniquim continua empoleirada na Confederação Brasileira, a CBF, e em novo golpe desfaz pequenos avanços obtidos na tentativa de democratização da entidade.

Em assembleia realizada na socapa, dia 23 de março, os cartolas reduziram ainda mais o peso dos clubes nas decisões da CBF. Agora, cada voto das 27 federações dos estados e DF têm peso de 3, os dos times da Série A valem 2 e os da Série B valem 1. Ou seja, a cartolagem tem 81 votos, contra 60 das agremiações.

Após alguns processos judiciais e condenações ocorridas, inclusive nos Estados Unidos, o que se esperava é que a entidade-mor do nosso futebol tomasse jeito, mas que nada. Seu atual presidente, o paraense Marco Antônio Nunes, ou apenas coronel Nunes, tinha sido eleito na vice de Marco Polo Del Nero, como uma espécie de salvaguarda de boas práticas esportivas.

Dirigente de um estado do Norte, longe dos principais centros esportivos do País, talvez trouxesse hábitos também distantes da quadrilha que toma conta do pedaço desde os tempos do finado João Havelange. Contudo, pelas ações por ele já demonstradas, podemos deduzir que muito pouco ou nada mudou.

Pra quem não acompanha essas jogadas, não custa lembrar que Del Nero é dirigente do futebol paulista, com origem no Palmeiras e foi eleito presidente da CBF em 2015, com mandato até 2019. Ele substituía o ex-presidente José Maria Marin, que se encontra foragido da justiça, com ordem de prisão decretada.

Del Nero foi eleito em um acordo entre as 27 federações e os 20 clubes da primeira divisão que tinham direito a voto, com peso igual. Logo, porém, também foi arrolado pela justiça dos EUA, sob a acusação de negociar contratos e resultados em três campeonatos: Copa América, Libertadores da América e Copa do Brasil.

Caso viaje aos EUA ou a qualquer país que tenha acordo de extradição com as autoridades ianques, ele será preso. Também está sendo investigado pela Fifa, entidade máxima do futebol mundial, acusado de quebrar o seu código de ética, por corrupção.

Assim, ele pediu licença da presidência da CBF, como forma de sair de cena e tentar defesa, de modo que o coronel Nunes assumiu o cargo interinamente.

MUITO DINHEIRO

Quando da criação do Ministério do Esporte, no início do primeiro governo de Lula, surgiram também programas oficiais de apoio financeiro a clubes e entidades. Ao receber a proposta de dinheiro público, no entanto, a CBF, então sob a presidência de Ricardo Teixeira, enjeitou a oferta.

A razão da recusa ficou óbvia. Caso aceitasse, a entidade teria que se submeter a auditorias públicas, do que era isenta pelo seu caráter privado. Teria que explicar, por exemplo, o que fazia com os polpudos recursos de patrocínio que tinha, especialmente os advindos do contrato com a gigante Nike, empresa ianque de calçados, roupas e materiais esportivos.

Os exagerados salários dos dirigentes, viagens em profusão, luxuosos eventos e investimentos fora da área esportiva são alguns sinais visíveis da malversação desse dinheiro.

Com igual benevolência, a CBF alimenta os dirigentes das federações que formam sua base, o que explica o conluio que se manifesta em eleições e outras ações da entidade.

Atualmente, pra começo de conversa, faça chuva ou faça sol, cada federação recebe cerca de R$ 50.000,00 mensais a título de ajuda de custo, sem que precise prestar contas a quem quer que seja. Além disso, há o rateio das receitas dos diversos campeonatos, o que alcança montante superior a R$ 100 milhões anuais.

Este sistema influi também nas eleições de nova diretoria da CBF, que serão no ano que vem. Pra poder se inscrever, uma chapa precisa ter o apoio prévio de oito federações, o que nenhum candidato de oposição conseguirá.

A SELEÇÃO

Em verdade, como reconhecem os principais analistas de futebol da grande mídia nacional, a CBF não está voltada aos interesses dos 700 times profissionais a ela filiados. Os cartolas da entidade têm seus olhos e máquinas calculadoras fixados na Seleção Brasileira, sua galinha dos ovos dourados.

Todo dinheiro oriundo de jogos amistosos, vendas de espaços publicitários, patrocínios de longo prazo, direitos de transmissão por rádio, TV e Internet, relativos à Seleção, entra direto no caixa da entidade. Não passa por clubes, federações e muito menos pelo governo.

Nos últimos anos, a receita anual declarada pela CBF tem sido de mais de meio bilhão de reais, com algumas variações em anos considerados atípicos, como foi 2014, em que o Brasil hospedou a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos. De todo jeito, 82% de toda essa bufunfa advêm de atividades relacionadas à Seleção, segundo dados da própria entidade.

Há, porém, caminhos transversos pra se obter dinheiro do celeiro maior, que é o selecionado nacional. A escalação de jogadores é um exemplo mais usual, que já gerou várias ações do Ministério Público contra dirigentes da entidade e técnicos de futebol por ela contratados.

Funciona de forma simples. Um jogador brasileiro que atue no Brasil ou em times de outros países tem seu passe estipulado num valor xis. Se ele é convocado pra Seleção, porém, esse valor incha de imediato, possibilitando lucros excepcionais, ainda que ele fique no banco ou seja escalado em alguns jogos apenas.

O técnico não precisa necessariamente estar mancomunado com a quadrilha, basta que seja suscetível a pressões pra que convoque este ou aquele atleta.

Este, felizmente, não é o caso do atual técnico, o Tite, mas ele só foi escalado pra função após forte pressão da sociedade, reforçada pela ameaça de o Brasil não se classificar pra Copa do Mundo do ano que vem.

LINHAGEM

A linhagem de corrupção que domina o futebol vem desde a década de 1960, quando João Havelange se deu conta de que este esporte podia render prestígio e dinheiro. Ele era presidente da antiga Confederação Brasileira de Desportes (CBD), que abarcava também as modalidades olímpicas, de onde ele provinha.

Nas copas de 1958, na Suécia, e de 1962, no Chile, Havelange sequer foi assistir as retumbantes vitórias brasileiras. Quem comandava o futebol na CBD era o empresário e desportista Paulo Machado de Carvalho, mas este foi alijado em 1966, na Inglaterra, quando o selecionado brasileiro passou vergonha.

Nos preparativos da Copa de 1970, Havelange engoliu o jornalista João Saldanha como técnico, até às vésperas dos jogos, quando o general Emílio Médici, que ocupava o cargo de presidente da República, quis interferir na escalação da equipe.

Saldanha não aceitou e o militar pediu sua cabeça, que Havelange entregou e nomeou Mário Lobo Zagalo pro seu lugar.

Dois anos depois, já de olho na Fifa, Havelange organizou o chamado Mundialito, uma copa mundial fora de época, sem times europeus, cujo objetivo era atrair principalmente países asiáticos e africanos. Com isso, ampliou o número de membros da entidade mundial do futebol e criou base pra se eleger seu presidente.

O desvio de dinheiro foi tão grande no Mundialito que irritou o ditador de plantão, general Ernesto Geisel, que pediu a criação de uma entidade que cuidasse só de futebol, como forma de retirar essa área das mãos de Havelange. Assim nasceu a CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

Foi um breve período de trégua, mas Havelange deu um jeito de colocar seu genro, Ricardo Teixeira, no comando da nova entidade. Este era um empresário falido, que nunca tinha mexido com esportes, mas passou a comandar o futebol e enricou rapidamente, ampliando o leque de dirigentes corruptos nessa área.

E fez seus sucessores na presidência da CBF, que foram José Maria Marin, que está preso e aguardando julgamento nos EUA, e depois Marco Polo del Nero, que parecia ser o último da dinastia Havelange.

Pelas últimas decisões da entidade, porém, podemos deduzir que não era.

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

CEM 414 de Samambaia combate crise hídrica com captação de águas pluviais

Em tempos de crise hídrica, qualquer atitude que vise ao uso racional da água é válida. E um ótimo exemplo vem do Centro de Ensino Médio 414 de Samambaia (CEM 414), que desenvolve um projeto de captação de água pluvial.

De acordo com o professor Marcílio Honorato, responsável pelo projeto, cerca de 150 alunos do segundo e do terceiro anos do Ensino Médio são selecionados anualmente para desenhar o projeto, montar uma maquete com materiais recicláveis e ou reutilizáveis em miniatura e fazer a exposição explicativa em feiras de ciências da escola e da Regional de Ensino. "O objetivo é promover a educação ambiental e promover a sustentabilidade na Unidade Escolar", explica.

A ideia é a seguinte: os estudantes selecionados ao longo do ano letivo para o projeto iniciam seu processo de construção da estrutura em molde de casa, feita com caixas de leite e demais materiais reutilizáveis com a coleta do material básico - garrafas pet, por exemplo. Nos passos seguintes a equipe de trabalho faz o desenho do projeto (planta) da casa. E, por fim, iniciam a montagem do molde.

"O projeto objetiva ir além dos muros da escola para uma empregabilidade exequível em quaisquer condições e necessidades possíveis. A educação ambiental imbricada nesse projeto é apenas o início para proporcionar aos estudantes e à comunidade em geral a maturação de ideias criativas, limpas, de baixo custo e politicamente correta", observa Marcílio.

"A maquete tem a finalidade ainda de incentivar a fabricação do modelo em casa também", acrescenta o supervisor pedagógico do projeto, professor Adeir Ferreira Alves.

Os professores contam que queriam responder aos anseios das necessidades ambientais em criar uma cultura de educação ambiental e de viabilizar recursos acessíveis.

Foto: Deva Garcia

Professor Marcílio e estudantes do CEM 414 de Samambaia em frente á caixa d'água que capta águas pluviais

Na prática - Professores de diversas áreas do conhecimento participaram do projeto de captação de água pluvial para o CEM 414.

"O projeto foi pensado e ensaiado como protótipo por muitos anos, assim como ainda é apresentado até hoje na disciplina de matemática. Numa dimensão visionária o grupo materializou aquele protótipo – a priori, meramente ensaístico –, para uma experiência de fato. Construiu-se, então, na escola, uma estrutura simples de material, mas ousada de empreendedorismo para a execução do projeto de captação de água pluvial. O esboço teórico passou a ser uma realidade", conta Marcílio.

Segundo Adeir, "queríamos, basicamente, responder a duas perguntas: seria possível uma educação ambiental a partir da economicidade de água potável por meio da captação e reaproveitamento de águas pluviais? Seria possível a construção de casas com materiais reutilizáveis?".

Para os educadores, "espera-se que o trabalho apresente um simulacro de casa, com estruturas de captação de águas pluviais para o reaproveitamento nos mais diversos fins. E que a apreciação final resulte no objeto de educação ambiental: economicidade, reutilização, reaproveitamento e tecnologia limpa".

Foto: Deva Garcia

Professores Marcílio e Adeir observam a estrutura que armazena águas pluviais

Foto: Deva Garcia

Estrutura comporta três mil litros de água da chuva

Foto: Deva Garcia

Das aulas de Matemática para a promoção da sustentabilidade na escola

Ambiental SINPRO
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
Filiado: CUT CNTE
DF 38 anos
www.sinprodf.org.br | facebook.com/sinprodf

CIÊNCIA

BOAS NOVAS NO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

José Leonardo Ferreira

No último dia 10 de março, o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA – comemorou 34 anos. Durante esse período, o Centro realizou 97 operações envolvendo o lançamento de mais de uma centena de foguetes suborbitais para estudo da ionosfera e para experimentos de microgravidade.

Infelizmente, o Centro também possui em sua história um terrível acidente que retirou a vida de vários técnicos do Programa Espacial Brasileiro – PEB. A vida continua e, apesar da crise econômica atual no país, algumas notícias recentes em relação ao PEB são muito positivas e poderão produzir grandes e boas mudanças para a melhoria do programa.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE – destacou-se mais uma vez em função do reconhecimento internacional da importância de suas atividades no Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial – Embrace. Em fevereiro último, pesquisadores deste programa participaram em Viena, na Áustria, da 54ª. Reunião Técnica do COPUOS – Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço.

A mesa diretora do COPUOS reconheceu o nível de excelência internacional do Embrace, pois ele já pode oferecer, com alto grau de confiabilidade, informações precisas sobre o clima espacial em tempo real na internet. Realiza previsões sobre o sistema Sol-Terra para efetuar diagnósticos de seus efeitos sobre diferentes sistemas tecnológicos terrestres em áreas como navegação de aeronaves, posicionamento por satélites, distribuição de energia elétrica (linhas de transmissão), em grandes redes de dutos de gás e derivados de petróleo e em vários outros sistemas dependentes dos serviços dos satélites como a TV e o rádio.

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC – está previsto para ser lançado brevemente a partir do Centro Espacial de Kourou, na Guina Francesa. O lançamento do SGDC poderá significar uma nova e importante fase para o PEB, em que uma grande empresa brasileira do setor aeroespacial, a Visiona, associada da Embraer, é a principal contratante de outras empresas nacionais e internacionais responsáveis pelo desenvolvimento e execução do projeto e de toda missão espacial. Esse modelo de execução de projetos comerciais na área espacial já é comum entre empresas dos EUA e da Europa.

O SGDC começou a ser planejado em 2009, a partir de iniciativas da Agência Espacial Brasileira, Ministério da Defesa, Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. A Visiona foi escolhida para gerenciar a execução do SGDC e a empresa europeia Thales Alenia ficou responsável pela construção do satélite, com a participação de técnicos e engenheiros brasileiros. Eles foram treinados pela empresa para operação do SGDC a partir de estações de controle instaladas em Brasília e no Rio de Janeiro. Além do treinamento espera-se também a transferência de tecnologia de satélites geoestacionários para o Brasil.

A Rússia está pronta para aperfeiçoar o Centro de Lançamento de Alcântara. A Roscosmos, empresa estatal russa responsável pelas atividades espaciais, poderá participar da criação da infraestrutura necessária para realização do lançamento de grandes veículos espaciais a partir do CLA. A sonhada internacionalização das operações de lançamento de foguetes a partir do CLA pode estar próxima. Acordos de cooperação para o uso do CLA pelos EUA, França e outros países da comunidade europeia também estão sendo avaliados pela Agência Espacial Brasileira – AEB.

O diretor da Roscosmos, Igor Komarov, ressaltou que Rússia e Brasil já executam projetos conjuntos na área espacial. No passado, o primeiro astronauta brasileiro foi treinado e transportado para a Estação Espacial Internacional a partir da Rússia. Atualmente os dois países cooperam ativamente no sistema de navegação global, conhecido como GLONASS, e em um sistema com telescópios para monitoramento de lixo espacial.

Em futuro próximo, os dois países poderão realizar até mesmo missões espaciais de maior envergadura, como é o caso da Missão ASTER, atualmente em analise por especialistas do INPE e da AEB. Ela pretende levar uma sonda espacial até um asteroide triplo com órbita no sistema solar interior entre as órbitas da Terra e de Marte. Os asteroides como este são conhecidos como NEARs (Near Earth Asteroids) e são potencialmente perigosos, pois podem colidir com a Terra.

No entanto, para manter os projetos atuais na área espacial e ampliar as atividades, o Brasil vai precisar em primeiro lugar triplicar seus recursos humanos na área, com a ampliação e diversificação de programas com empresas, universidades e instituições de ensino técnico. O programa Uniespaço, da AEB, tem feito este trabalho desde 2004 e já coleciona bons resultados.

De fato, o apoio da AEB a iniciativas para formação de novos quadros para o programa espacial brasileiro já resultou na abertura de vários cursos de Engenharia Aeroespacial em várias universidades federais do Brasil, incluindo a UnB. O apoio da AEB e do INPE já resultou no lançamento do nanossatélite (Cubesat) Serpens, em 2015. Por exemplo, alunos da Escola Municipal Tancredo Neves, de Ubatuba, lançaram no final de 2016 com sucesso um nanossatélite, o Cubesat, chamado Tancredo 1.

Um novo modelo de programa espacial brasileiro com maior participação de instituições de ensino e pesquisa associadas a empresas nacionais e internacionais será fundamental para a modernização, continuidade e sustentabilidade do PEB para os próximos anos.

Jose Leonardo Ferreira
Dr. em Ciências Espaciais.
Professor do Instituto de Física da Universidade de Brasília – UnB.

O TRADICIONAL ENCANTO DAS FLORES DO CERRADO NAS BANCAS DA CATEDRAL DE BRASÍLIA

Zezé Weiss

Há pelo menos cinco décadas, desde os primeiros dias de Brasília, lá estão as mesmas flores do Cerrado, expostas nas mesmas latas vazias de tinta, organizadas sobre as mesmas bancas toscas de madeira, feitas pelas mesmas famílias de "paraíbas" que ali se instalaram desde o início dos anos 1960.

Desde o começo da feirinha que se localiza entre a Catedral e o primeiro prédio ministerial da Esplanada, criada por pioneiros como Dionísio Ferreira de Medeiros, já falecido, o negócio é tocado por poucas famílias – paraibanas e cearenses, tradição continuada também por poucas outras famílias, constituídas pela descendência das famílias pioneiras.

"Eu praticamente nasci aqui. Eu trabalho aqui desde 1966, quando tinha cinco anos de idade. Vim para cá com meu pai, quando minha mãe morreu, e daqui nunca mais saí. É isso que eu sei fazer, é isso que eu gosto de fazer", diz Pedro, filho e herdeiro do pioneiro Dionísio na arte da lida com as flores do Cerrado nas bancas da Catedral.

João Batista Paulo, também artesão-florista, filho de Francisco de Paulo, outro pioneiro da feira, ainda na ativa, conta que o espaço, uma concessão da Arquidiocese de Brasília, reconhecido como patrimônio candango, só é renovado para a descendência direta das famílias originárias. "O ganho é pouco, não dá pra incluir mais gente", diz João.

João conta também que as flores ofertadas são as mesmas de sempre, processadas artesanalmente com as mesmas técnicas, pelos próprios homens floristas, e que a grande mudança está na escassez da matéria prima. "Antes, a gente encontrava tudo aqui em Brasília. Agora, só mesmo indo pro Tocantins, pra Bahia e pro Norte de Minas. Isso exige muito mais tempo e gera um gasto danado".

O que mais vende? Em dias normais, a campeã de vendas é a rosa-moeda esqueletizada, composta por folhas de uma planta cerratense conhecida como folha-moeda. Essas folhas, depois de desidratadas ao sol e tingidas em um cozimento com anilina japonesa (importada), são montadas em várias cores, em um processo minucioso que, segundo os floristas, leva dias.

Já na alta temporada, nos meses de junho e dezembro, o que mais vende são os arranjos de sempre-viva mescladas com outras flores e folhas, montados sobre base de cerâmica, e os de rabo de galo, um tipo de capim do Cerrado, que dispensa o uso de vasos. Os dois são comprados principalmente por turistas, "talvez pela facilidade de se embalar e colocar na mala", conjetura João.

O negócio continua valendo a pena? João Batista diz que com o aumento do custo de vida – um dia de trabalho na feirinha gera um mínimo de R$ 30 de gastos entre transporte e alimentação – e a redução da demanda por conta da crise econômica, tem meses em que a conta não fecha, que é preciso "fazer bicos" fora da feira, mas que parar não é uma opção porque "as flores do Cerrado fazem parte da vida, da cultura, do próprio DNA de cada família".

Como fazer, então? "Os mais antigos vão se ajeitando do jeito que dá. Já os mais novos estão explorando novas formas de venda. Eu, por exemplo, monto produtos com minha companheira Eva, que vão desde arranjos para ocasiões especiais até maquetes para festas de casamento, e estou me organizando para começar a vender pela Internet", completa João Batista Paulo, o florista da nova geração, que pode ser contatado pelo zap (61) 9 8452 7994.

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

Fotos: Iasmin Reis

BRASÍLIA

ECOTURISMO

Abadiânia Velha:

RECANTO ESQUECIDO NO CORAÇÃO DE GOIÁS

Eduardo Pereira

Abadiânia, a nova, é uma pequena cidade cortada pela BR-060, localizada entre Goiânia e Brasília, que se tornou conhecida no Brasil e no mundo pelo trabalho espiritual de um médium chamado João de Deus. Abadiânia, a velha, quase ninguém conhece.

Nascida no final dos anos 1800, Abadiânia Velha, antes povoado de Posse D`Abadia, foi um local com status de cidade até o ano da graça de 1963, quando políticos goianos entenderam de mudar a sede do município para as margens da BR-060.

Embora tivesse casarões confortáveis para os padrões da época, ao perder suas funções administrativas, a cidade, localizada a apenas 135 Km de Brasília, também perdeu boa parte de seus habitantes e voltou a ser apenas um agradável povoado esquecido no tempo, onde hoje vivem menos de 600 almas, no caminho que liga Abadiânia a Pirenópolis.

O clima agradável, a beleza renitente dos casarões centenários e a prosa sem pressa das pessoas, em sua maioria idosas, que insistem em viver à moda antiga, sem comércio, sem serviços, sem trânsito, sem poluição, fazem de Abadiânia Velha um bom lugar para se conhecer um pouco mais sobre a história de Goiás.

Fotos: ultimosdestinos.com.br

Sertão

Guimarães Rosa, adaptado por Xico Mendes

" O senhor vê aonde é o SERTÃO? (...).
O senhor tolere: isto é o SERTÃO.
Uns querem que não seja: que situado
Sertão é por os campos gerais a fora a dentro,
eles dizem, fim de rumo,
terras altas, demais do URUCUIA. (...).

LUGAR SERTÃO SE DIVULGA:
é onde os pastos carecem de fechos,
onde um pode torar dez, quinze léguas,
sem topar com casa de morador;
e onde criminoso vive seu cristo-jesus,
arredado do arrocho de autoridade.
(...) Sertão é o sozinho (...).
(...) Jagunço é o Sertão (...).
O Sertão tem medo de tudo (...).
O senhor sabe: Sertão é onde manda
quem é forte (...)
Deus mesmo, quando vier, que venha armado!
... o Sertão se sabe só por alto (...).
(...) Sertão velho de idades. (...).
Sertão que se alteia e se abaixa (...).
(...). Sertão é onde o pensamento da gente
se forma mais forte do que o poder do lugar (...).
... O senhor não é do Sertão. Não é da terra...
... no centro do Sertão, o que é doideira às vezes
pode ser mais certa de mais juízo (...).

Sertão é isto: o senhor empurra para trás,
mas de repente ele volta a rodear
o senhor dos lados.
Sertão é quando menos se espera (...).

O Sertão aceita todos
os nomes:
AQUI É O GERAIS,
lá é o Chapadão,
lá acolá é a Caatinga (...).

... O SERTÃO É BOM.
Tudo aqui é perdido.
Tudo aqui é achado (...).
No Sertão até enterro simples é festa.
(...). Sertão foi feito é para ser sempre assim:
alegrias (....).

Ah, tempo de jagunço tinha mesmo que acabar,
cidade acaba com o Sertão.
Acaba?
... Só se sai do Sertão é tomando conta dele a dentro...
O Sertão não tem janelas nem portas. (...).
O Sertão está em toda parte, (...).
O Sertão é do tamanho do mundo, (...)
SERTÃO: é dentro da gente."

Xico Mendes
Escritor. Poeta urucuiano geralista baigoneiro, explica que "este texto foi adaptado livremente para a forma prosopoética, mas sem mexer na estrutura da narrativa do autor. In: Rosa, Guimarães. Grande Sertão Veredas. Rio. Nova Fronteira. 1988."

Vladimir Carvalho

Cineasta velho de guerra

Jaime Sautchuk

Pouco tempo antes de completar 80 anos de idade, em vez de ganhar presente, Vladimir Carvalho doou sua casa inteira, com tudo o que há nela, que ele chama de Memorial do Cinema Brasiliense, à Universidade de Brasília (UnB). "É uma forma de retribuir o tanto que aprendi ali, mesmo na condição de professor", afirma ele.

Em sua casa, na histórica avenida W-3, na área mais central de Brasília, ele armazena documentos, equipamentos e fotos que contam a história do cinema na Capital e no Brasil. O museu hospeda peças raras, como a moviola em que Glauber Rocha montou o clássico "Terra em Transe" e milhares de outros itens. Além de cerca de três mil livros com temática cinematográfica.

Há alguns anos, quando filmou a história do escritor José Lins do Rego, Vladimir voltou à temática nordestina, como um guerreiro, um eterno militante do cinema. Assim, ele, que é o grande nome de Brasília no cinema, reencontra o homem nordestino, temática que o consagrou nacionalmente como cineasta.

Vladimir é a cara de Brasília, mas é, também, a mais pura imagem do Nordeste. Um autêntico candango, designação que originalmente se dava aos pioneiros que enfrentaram o poeirão do Cerrado pra construir a nova capital do País.

Essa dualidade, refletida em sua densa obra, confunde-se com sua própria trajetória pessoal. Uma trajetória em que vem tangendo sonhos e espalhando rastros desde a década de 1950, quando deixou o interior da Paraíba.

O seu mais notável filme talvez seja Conterrâneos Velhos de Guerra, cuja versão final é de 1992, justamente porque une essas duas faces. É a saga da construção de Brasília, na visão dos operários, daqueles que não estavam nas páginas de jornais, nem nas festas da novíssima capital. E que eram, na maioria, nordestinos.

Os filmes de Vladimir têm o tom da denúncia, retratam realidades amargas, histórias duras, injustiças. Mas não ficam na superfície. Vão fundo, lá dentro da alma das pessoas cujo retrato nos mostra, e consegue fazer delas personagens de suas próprias vidas. Seus documentários parecem ficção.

Aliás, na juventude, quando lia e debatia a Revista do Cinema, editada em Belo Horizonte (MG), ele acreditava que o verdadeiro cinema era o de ficção. Até que, em 1956, numa viagem a Recife (PE), assistiu ao "Homem de Aran", do legendário documentarista ianque Robert Flaherty. E mudou de ideia: poderia haver arte em documentários.

Essa descoberta ficou martelando em sua cabeça, mas ele seguia trabalhando como jornalista na imprensa paraibana. Até que, em 1960, foi protagonista de um dos

Fotos: www.compauta.com.br,www. objetosim.com.br

momentos históricos do cinema brasileiro. Escreveu o roteiro do longa "Aruanda", filme dirigido por Linduarte Noronha e tido como a obra que inaugurou o Cinema Novo.

Ainda na Paraíba, já como diretor, em 61, rodou o curta "Romeiros da Guia", que mostra uma romaria anual dos pescadores de João Pessoa. No ano seguinte, decidiu ir morar em Salvador (BA), e ingressou no curso de Filosofia, onde conheceu Caetano Veloso, seu colega de curso.

Salvador era um burburinho em todas as artes, mas em especial no cinema. Ali, havia um forte movimento, liderado por Glauber Rocha, de quem ele se tornou amigo. É certo que já chegava com "Aruanda" no currículo, o que o colocou na roda de imediato. Passou a integrar o Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE – secção Bahia.

O CPC resolveu fazer um filme sobre a morte de João Pedro Teixeira, um líder das Ligas Camponesas que havia sido assassinado. Era "Cabra Marcado Para Morrer", que seria dirigido por Eduardo Coutinho, com Vladimir como assistente de direção.

O filme começou a ser rodado no Pernambuco, com apoio do então governador Miguel Arraes, mas foi interrompido pelo golpe de estado de 1964. Procurado pela polícia política, Vladimir entrou na clandestinidade, acoitando também a viúva do líder camponês cuja vida tentava documentar.

Passou bom tempo escondido em Campina Grande (PB), onde passou a ser conhecido como Zé dos Santos, por esculpir imagens sacras em madeira, seguindo a verve artística de seu pai. Logo, porém, voltou à ativa.

Com nova parada em Salvador, e Vladimir foi pro Rio de Janeiro, onde foi assistente de direção em "Opinião Pública", de Arnaldo Jabor, com quem trabalhou em outros filmes.

Em 65, voltou pra Paraíba e retomou o jornalismo, como meio de coletar matéria-prima para novos filmes. Filmou o curta "A Bolandeira", sobre os engenhos de cana à tração animal, e começou a preparar seu primeiro longa solo, "O País de São Saruê". Era a estética da seca levada pra tela, com uma carga de poesia e realismo que incomodava as elites arcaicas.

Com poucos recursos financeiros, dificuldade que o persegue até hoje, Vladimir levou quase quatro anos pra chegar à versão final do filme, em 35 mm. A obra foi inscrita e programada para o Festival de Brasília de 1971, mas teve sua exibição proibida pelos poderosos de então, que apreenderam a película.

A essa altura, ele já morava em Brasília. No ano anterior, a convite do fotógrafo Fernando Duarte, ele foi parar na Universidade de Brasília (UnB), da qual virou professor. Eles recriaram o curso de Cinema, que ali existira, como o primeiro do Brasil, antes do advento da ditadura. No entanto, a empreitada durou apenas dois anos – mas o suficiente para iniciar a formação de gente como Tizuka Yamazaki, por exemplo.

A causa do fechamento era o tipo de produção que começava a nascer ali. Já no ano que chegou, Vladimir dirigiu "Vestibular 70", documentário que revelava as injustiças que marcam o caminho da juventude brasileira à universidade. Nascia, porém, seu encantamento por Brasília – e ele resolveu colocar seu talento a serviço da reconstrução histórica e, assim, ajudar a construir a nova Capital.

Voltou-se às origens da ocupação do Brasil Central, filmando, em 74, "Vila Boa de Goyás", um precioso curta sobre a antiga capital de Goiás. Em 79, dirigiu "Brasília Segundo Feldman", reproduzindo, de modo criativo e forte, a obra do artista plástico Eugene Feldman. E "Perseghini", relato de um massacre de operários praticado pela mal-afamada Guarda Especial de Brasília (GEB), na época da construção.

Há alguns anos, Vladimir concluiu o longa "/68" ("Barra-meia oito"), que relembra os episódios de 1968, na UnB, com o cerco policial, prisões e violências. Este, como vários outros de seus filmes, foi premiado em inúmeros festivais e por entidades ligadas à defesa dos direitos humanos.

Entre as aulas na UnB, em disciplinas relacionadas com o cinema, que manteve por 30 anos, Vladimir insistiu em falar do Nordeste e fez vários outros curtas. Voltou à carga ao filmar, aos poucos, com paciência, a biografia de Zé Lins do Rego. E assim volta a Itabaiana (PB), onde nasceu, em 1935. Remexe o baú da memória e a sua própria história.

Seu pai, Luiz Martins de Carvalho, que morreu aos 39 anos, era moveleiro de ofício, artista plástico amador e comunista de carteirinha. Ele havia sido colega de escola de Zé Lins e, à noite, lia para os três filhos obras do amigo escritor. Vladimir herdou do pai a convicção política ("fui do Partidão desde criança", costuma dizer) e a paixão por Zé Lins.

Seu mais recente trabalho em longa-metragem, no entanto, é uma espécie de tributo à juventude brasiliense. O filme "Rock Brasília – A Era de Ouro" é um meticuloso bordado de filmagens que fez por duas décadas sobre a explosão roqueira da capital, no qual revela preciosidades como uma entrevista inédita com Renato Russo.

Por fim, ao doar seu lar-museu à UnB, Vladimir Carvalho não chega a surpreender. É apenas mais um capítulo de uma vida de doação às causas populares, tendo o cinema como arma.

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor.

A TRANSPOSIÇÃO E O TRANSPONDER

Foto: Jornal da Paraíba

Em Monteiro, Paraíba, no domingo, 19/03, o povo fez festa para comemorar a chegada de água em lugares secularmente marcados pela seca. O lançamento do primeiro satélite brasileiro no dia 22 de março deveria trazer a esperança de um efetivo combate à exclusão digital. Lamentavelmente, em ambos os casos, o governo golpista quer se apropriar de algo que não fez e, pior, desvirtuar ou inviabilizar a conclusão do projeto.

No caso do satélite, parecer do Ministério Público Federal divulgado na semana passada, reforça o temor das consequências funestas do PLC 79/2016, aquele que beneficia com recursos públicos a Vivo, a Oi e Claro.

De acordo com o MPF, "causam preocupação as alterações propostas... que passam a permitir a renovação indefinida da concessão por um período de 20 anos", reforçando o monopólio das três irmãs concessionárias. Além disso, a aprovação do PLC "prejudicaria não apenas a evolução da competição nos serviços de telecomunicações, como a disponibilização de faixas de frequências para outros usos concorrentes".

E o parecer vai adiante, observando "que há a tendência de que as decisões de investimento sejam majoritariamente tomadas no âmbito das operadoras", com o governo abrindo mão da sua obrigação de definir política pública num setor nevrálgico, como o de telecomunicações. Para o MPF, "a Anatel não tem capacidade de gestão para efetuar o necessário monitoramento e controle dos compromissos de investimento". Todos nós sabemos da complacência, e mesmo da conivência, da agência com as operadoras.

O satélite deveria levar banda larga às regiões precariamente atendidas ou não atendidas por redes terrestres; permitir a conexão em alta velocidade nas escolas rurais e escolas da periferia das grandes e médias cidades; garantir a interligação dos postos de saúde, hospitais e outras unidades de saúde pública em locais que não disponham de redes terrestre; garantir que todas escolas urbanas tenham acesso a uma internet rápida e de qualidade.

No entanto, "os arts. 8º a 10 do projeto de lei nº 79/2016 têm potencial de criar poder de monopólio em favor das empresas autorizadas a explorar faixas de radiofrequência e o satélite brasileiro, gerando barreiras ao incremento da competição nos serviços de telecomunicações", alerta o parecer do Ministério Público. E nós, do Instituto Telecom, acrescentamos: O PLC 79 inviabiliza a utilização do satélite no enfrentamento da desigualdade social e na promoção da inclusão digital no Brasil.

Assim como o Velho Chico é o coração do Nordeste, é o rio da integração nacional, o transponder é o coração do satélite. É o rádio que recebe a conversação em uma frequência, a amplifica e a retransmite para a terra, em outra frequência. Um canal de comunicação entre o receptor e as antenas de transmissão.

É crucial discutirmos em profundidade a conclusão da transposição do São Francisco. E, também, as propostas legislativas referentes ao PLC 79 e ao satélite brasileiro. Essas discussões não podem ficar apenas com um Congresso e um governo comprometidos em entregar as riquezas nacionais.

Fonte: Artigo originalmente publicado pelo InstitutoTelecom, em 21 de março de 2017.

CUT Brasil
FITRATELP
SINTTEL SINTPq SINTELMARKETING SINTRATELE

Foto: GNT

PRATO BÁSICO
DA CULINÁRIA
AMAZÔNICA

CHIBÉ

Toda família indígena, ribeirinha ou extrativista da Amazônia sabe o que é o chibé (do tupi *xibé*), também conhecido como jacuba. Na essência, o chibé é uma espécie de papa de farinha com água, que pode ser consumida sozinha, ou serve de acompanhamento para o peixe.

Em algumas regiões, o chibé é feito bem ralo, quase como um suco. Em outras, torna-se mais denso, quase como uma tapioca. Tomando como ponto de partida a farinha e a água, os demais ingredientes também variam, de acordo com os ingredientes disponíveis, de região para região.

Em seu poema *"Chico Mendes: O sonho que cresce no chão da floresta"*, o poeta amazonense Thiago de Mello registra a importância do chibé na alimentação das crianças da Amazônia.

INGREDIENTES

2 xícaras de farinha de mandioca (farinha d'água)
3 ½ xícaras de folha de chicória (ou qualquer outra folha verde) picada bem miudinha
1 cebola média picada em pedaços bem pequenos
1 pitada de pimenta Baniwa (ou malagueta)
2 xícaras de água
1 limão (caldo)
1 pitada de sal

MODO DE FAZER

Misture a farinha, a água e o sal e deixe hidratar a farinha, que absorve toda a água. Em seguida, misture o restante dos ingredientes, tempere com sal e pimenta a gosto. Sirva em seguida.

Lúcia Resende
Professora
@mluciares

A LENDA DO Pirarucu

Diz a lenda que Pirarucu era um jovem e bravo guerreiro da tribo dos Uiá que, mesmo sendo filho do chefe Pindarô, um homem bom e generoso, Pirarucu nasceu e se criou com um coração muito perverso.

Segundo o que se conta, Pirarucu não tinha jeito: vivia criticando os deuses e, quando seu pai descuidava, executava seus próprios irmãos de aldeia por razão nenhuma.

Cansado dos desatinos de Pirarucu, Tupã um dia convocou os poderes de Polo, o relâmpago, e de Iururaruaçu, a deusa das correntes, para puni-lo. Foi então que Pirarucu enfrentou a maior de todas as tempestades, quando pescava às margens do Rio Tocantins.

Pirarucu bem que tentou escapar, mas um relâmpago fulminante o atingiu no peito, e seu corpo, ainda vivo, foi levado para as profundezas do rio, onde se transformou no peixe que conhecemos hoje.

A LEI GERAL DA TERCEIRIZAÇÃO

COMO INSTRUMENTO DE VOLTA DA ESCRAVIDÃO

Março foi, em Goiás e no Brasil, mais um mês de luta e resistência contra o pacote de projetos do governo ilegítimo, que retira dos trabalhadores seus direitos básicos conquistados ao longo da história; contra a Terceirização, a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e a PEC 3548 que, no estado de Goiás, congela os salários por dez anos.

No dia 15, os trabalhadores em Educação em Goiás e em todo o país foram às ruas para defender suas carreiras e a sua dignidade. Em Goiânia mais de 20 mil trabalhadores da Educação e de outras categorias disseram um sonoro NÃO à PEC 287 (Reforma da Previdência) e à PEC 3548 (Pacote de Maldades do governo de Goiás).

No dia 31, exatamente 53 anos depois do golpe militar que instalou no país um longo período de Ditadura (1964-1985), o presidente ilegítimo Michel Temer sancionou em Brasília a Lei da Terceirização basicamente nos termos aprovados pela Câmara dos Deputados.

Com essa sanção, fica liberada a terceirização de todas as atividades das empresas públicas e privadas, e na administração pública, o que, na avaliação de especialistas, levará à redução dos concursos públicos para a contratação de trabalhadores da Educação e, por fim, da efetiva entrada das Organizações Sociais (OS) não somente na gestão, mas literalmente em todas as áreas do ensino, incluindo, obviamente, a contratação de professores.

Para Bia de Lima, presidenta do Sintego, foi aberta a porteira para a desvalorização dos docentes e para a precarização de todos os segmentos profissionais dedicados à Educação.

"Em Goiás, particularmente, essa lei representa um duro golpe à nossa luta de mais de dois anos contra a privatização do ensino por meio das OS. Para nós, os impactos serão terríveis, os investimentos no ensino público serão reduzidos ainda mais e nosso trabalho será precarizado mais ainda", diz Bia.

Em um país onde a situação do magistério já é bastante frágil, onde um professor já recebe, hoje, muito menos do que a média mundial – e, segundo dados da Prova Brasil 2015, pelo menos um terço (34%) tinha remuneração básica abaixo do que é determinado pela Lei do Piso (Lei 11.738/2008) para aquele ano, que era de R$ 1.917,78 –, o Sintego teme que a terceirização impactará também, diretamente, as condições de trabalho e a saúde dos e das profissionais da Educação.

Para uma categoria cuja rotina de trabalho já é estafante – dados da Prova Brasil 2015 também mostram que a maioria dos professores trabalha 40 horas ou mais (66%) e que 40% deles lecionam em duas ou mais escolas –, com a terceirização também chega o risco de os profissionais se tornarem descartáveis, sujeitos a mais trabalho, mais doença, mais demissões e menos recontratações.

GOIÁS TENTA PRIVATIZAR O ENSINO VIA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Desde 2014, em um processo de lutas documentado passo-a-passo, mês-a-mês pela revista Xapuri (www.xapuri.info/sintego), os movimentos sociais e populares, sob a liderança do Sintego, vêm lutando contra a implantação das OS na Educação pelo governo do Estado.

Ao longo dos últimos dois anos, a tentativa de entrega de administração de escolas para OS gerou várias manifestações de professores e estudantes, e também vários cancelamentos de editais devido a posicionamentos contrários do Ministério Público do Estado (MP-GO).

Por definição, as OS são entidades privadas, sem fins lucrativos. No caso goiano, além da falta de qualidade técnica das organizações selecionadas, o repasse de recursos públicos para a administração, manutenção das escolas e para a contratação de professores e funcionários representa, na prática, a consolidação do processo de privatização do ensino público.

A cada manifestação, Bia de Lima reafirma o compromisso do Sintego de seguir lutando contra a terceirização: "Nós não podemos nos calar ante o perigo de os entes públicos substituírem os concursos públicos por precários contratos de terceirização. Na educação, não é possível substituir a carreira do educador e da educadora com um contrato temporário, essa precarização gera instabilidade e compromete a formação de nossas crianças e jovens", reage.

EM GREVE, SINTEGO MANTÉM PLATAFORMA DE LUTA

Em Goiás, o Sintego se mantém em greve contra a PEC 3458, que ainda está em regime de votação na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Em um processo difícil, os principais pontos já foram colocados na mesa tanto pelo Sintego quando pelo governo do Estado:

DEMANDAS DO SINTEGO EM DEFEA DA CATEGORIA

O Sintego cobra do governo do Estado:

- O reajuste do Piso de 2016 e 2017
- O reajuste da Data-base de 2015 e 2016
- A retirada da PEC 3548 que, entre outras coisas, congela por dez anos os salários; extingue o quinquênio; e acaba com as progressões.
- Adoção para os administrativos da Educação da mesma tabela salarial proposta pela SEGPLAN para todos os administrativos do Estado.
- Reajuste para os contratos temporários.

SINALIZAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO

O governo de Goiás sinalizou com:

- Aumento de 50% para os contratos temporários (o salário destes educadores está congelado desde 2011 e a maioria ganha salário mínimo)
- Solução para o Quadro Transitório do Magistério (QTM)
- Concurso para 1000 vagas, sendo 900 de professores e 100 para administrativos.

Mesmo nesse momento extremamente vulnerável para os trabalhadores brasileiros, uma vez que Terceirização Geral retira os direitos dos trabalhadores, trazendo-os de volta aos tempos da escravidão, com o fim de direitos como trabalho com carteira assinada, FGTS, férias e jornada de oito horas diárias, o Sintego já deixou claro que seguirá resistindo e que não há nenhuma chance de abrir mão do Piso e da Data Base, por exemplo.

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS
filiado à
CUT BRASIL CNTE

RUBIÁCEAS NA CAATINGA

Eduardo Henrique

Foto: Eduardo Henrique

Rubiaceae é a quarta maior família botânica em riqueza de espécies dentre as angiospermas, compreendendo cerca de 620 gêneros e 13.000 espécies no mundo.

De acordo com a lista de espécies Flora do Brasil, são conhecidos 126 gêneros e aproximadamente 1.400 espécies nativas de *Rubiaceae* no Brasil, dos quais 84 gêneros e 404 espécies pertencem à flora do Nordeste. Com relação à flora da Caatinga já foram registradas 176 espécies.

Diante da ampla diversidade da flora do bioma Caatinga, as rubiáceas se destacam através da expressiva beleza de suas flores. A floração dessas espécies ocorre geralmente no período chuvoso nas regiões mais secas da Caatinga, ou durante o ano inteiro nos brejos de altitude, que são regiões caracterizadas por clima mais úmido e temperaturas mais baixas que as áreas do entorno.

Embora se trate de um grupo numeroso de espécies, constata-se que elas ainda são muito pouco estudadas e, consequentemente, as informações disponíveis ainda são escassas.

Portanto, vale salientar a necessidade de aprimorar os conhecimentos sobre esta família botânica, uma vez que diversas espécies fazem parte das matas ciliares e possuem potencial para trabalhos de reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, paisagismo e ornamentação, além das propriedades fitoterápicas.

Eduardo Henrique de Sá Júnior
– Estudante de Agronomia na UFRPE, administrador da página Viva Caatinga, fotógrafo da natureza.

QUILOMBO KALUNGA

Bia Kalunga

Quilombo Kalunga, símbolo de resistência
Aqui foram reconstruídas novas vidas
Que hoje é nossa existência.
Lutamos pela terra e pela conjuntura
Do nosso Território
Aqui há vidas, há um povo de saber único
Que quer viver e reviver!
Com dignidade ter nossos direitos
Que nos foram roubados.
A nossa vida foi de escravidão,
Muitos castigos e maltratação.
Fomos capturados, acorrentados,
Nossos corpos mutilados sem poder dizer não
No poder dos senhores concentraram nosso chão.
Chão de produzir, chão de florir,
Aqui construímos nossas vidas
Em um Quilombo a resistir
Kalunga amado, lugar sagrado,
Único e gostoso de viver
Nunca deixará de existir
O amor eterno e fiel nasce aqui!
Meu Kalunga, meu lugar natal,
Vou te amar até o meu final.
De Norte a Sul, de Leste a Oeste
Meu Quilombo Kalunga
Está no Centro-Oeste.
De um mundo capitalista
De uma nação formada sem pensar
Hoje é Brasil
E o Quilombo Kalunga faz parte deste lugar
Viva a África! Viva o Brasil!
Viva o Quilombo Kalunga
Com sua cor anil!

Bia Kalunga – ou Lourdes Fernandes de Souza
Professora. Liderança Quilombola.

RIGOBERTA MENCHÚ TUM

LENDA VIVA NA DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS

Iêda Vilas-Bôas

"A paz não é apenas a ausência de guerra, enquanto houver pobreza, o racismo, a discriminação e a exclusão dificilmente podemos alcançar um mundo de paz."

Mais uma data definida ao acaso, por convenção, e criou-se o dia 19 de abril, Dia do Índio. Poderia ser o mês todo dedicado aos povos indígenas e à preservação de seus direitos e suas ricas culturas. Deveria ser o ano inteiro dedicado aos valorosos guerreiros e guerreiras que honram suas nações, quer sejam empunhando arcos e flecha, nas tribunas de oratória, ou no enfrentamento direto e mortal na defesa de suas terras e direitos.

Os indígenas se desdobram vigilantes, defendem, valorizam e perpetuam a memória de seus parentes, tribos, costumes e tradições. É preciso que o Brasil resgate sua dívida com seus povos originários, primevos e verdadeiros donos do lugar. E já! Basta de massacres, de suicídios, vida sem perspectiva. É hora de reconhecer, valorizar, dar visibilidade e oferecer políticas públicas efetivas para os verdadeiros guardiães dessa nossa *Pachamama*.

Nesse artigo, destacamos a figura representativa de uma valente mulher indígena, que ainda luta e atua nos dias de hoje: Rigoberta Menchú Tum. Através dela, prestamos homenagem a todos os povos indígenas do mundo.

Rigoberta nasceu em Uspantán – Guatemala, em 09 de janeiro de 1959. É uma líder guatemalteca indígena, membro do grupo *Quiche Maya*, filha de *Vicente Menchú Tum Kotoja Perez e Juana*, duas lideranças que foram muito respeitadas em sua comunidade.

Do pai camponês herdou os impulsos ativistas na defesa das terras e direitos de seu povo. Da mãe, que era parteira indígena, recebeu os ensinamentos e tradições passadas de geração em geração sobre as beberagens milagrosas, a sabedoria para ensinar aos moços e a sensibilidade para solucionar conflitos.

Ao longo de sua vida, Rigoberta firmou-se como uma defensora dos direitos humanos. Foi proclamada Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO. Venceu o Prêmio Nobel das Astúrias de Cooperação Internacional (1998) e o Prêmio Nobel da Paz (1992). Sua liderança nos movimentos e lutas sociais é reconhecida em âmbito nacional e internacional.

Desde sua tenra juventude, Rigoberta tomou consciência de que através da política representativa as necessidades dos povos indígenas teriam visibilidade. Nessa linha, Rigoberta, em 2007, concorreu às eleições presidenciais na Guatemala. Ficou em quinto lugar, com 3,09% dos votos.

A derrota não esmoreceu a grande líder, que continuou formando uma grande caminhada política rumo à democracia, denominada *Frente Ampla da Guatemala*, que deu a vitória, nas eleições presidenciais seguintes, a um candidato indígena.

Rigoberta Menchú sentiu na própria pele o sofrimento de ser mulher e índia. Conheceu a injustiça, a discriminação e a exploração a que são submetidos seus irmãos índios da Guatemala, seus parentes, que vivem em estado de pobreza extrema.

Com apenas cinco anos de idade, ela passou a trabalhar em uma fazenda de café em condições precárias e desumanas, onde pereceram muitos de seus irmãos e amigos. Seu país era controlado pela repressão imposta pelos grandes proprietários de terras e pelo exército da Guatemala.

O gênio dócil, entretanto, rebelde e inquisidor, fez com que se envolvesse nas lutas dos povos indígenas e camponeses, e enfrentasse com coragem e determinação a perseguição política e o exílio.

Rigoberta foi membro fundador da CUC (Comitê de Unidade Camponesa) e do RUOG (Representação Unitária da Oposição Guatemala), entidades que traziam em seu bojo o desejo de libertação do jugo. A violência eclodira e tomara seu país. Seu povo sofria vitimado pelos algozes. O resultado desse período foi a Guerra Civil entre 1962 e 1996.

Menchú, em linha de frente, presenciava as maiores atrocidades da Ditadura. Vilas inteiras arrasadas, comunidades indígenas destroçadas, milhares de agricultores, principalmente indígenas, dizimados, centenas de sindicalistas e estudantes sumidos e mortos, jornalistas desaparecidos na tentativa de realizar seu trabalho de divulgar o terror pelo qual a Guatemala era submetida.

Vários membros da sua família, incluindo sua mãe, foram torturados e mortos pelos militares ou pela polícia paralela de "esquadrões da morte". Seu pai, em 31 de janeiro de 1980, fez parte das 37 pessoas que foram queimadas vivas. Diante desse quadro de horror, alguns de seus irmãos juntaram-se aos guerrilheiros.

Rigoberta Menchú escolheu o caminho da paz e começou uma campanha pacífica de denúncia do regime da Guatemala e da violação sistemática dos direitos humanos a que eram submetidos seu povo e camponeses indígenas. Ela própria era o luto encarnado.

Nos piores momentos, essa mulher que simbolizava o sofrimento de seu povo manteve o olhar sereno e firme, a dignidade natural com que se molda um líder e a notável inteligência e facilidade de comunicação que lhe são peculiares. Assim, Rigoberta deu maior visibilidade aos graves problemas de seu país e redimensionou a denúncia sobre a situação das mulheres indígenas na América Latina.

Essa espetacular mulher exilou-se no México para manter sua vida que era objetivo principal para o sucesso da repressão. Ali, publicou sua autobiografia, em 1983. Depois, percorreu o mundo no seu papel social de Arauta da Paz na Guatemala, levando sua denúncia e sua mensagem contra as injustiças. Sua voz alcançou as Nações Unidas e ecoou pelo mundo. Protegida por seu prestígio internacional, em 1988 retorna ao seu país.

No ano de 1992, Rigoberta Menchú Tum recebeu o título de Prêmio Nobel da Paz. Neste mesmo ano celebrava-se oficialmente o quinto centenário da descoberta da América. Sua posição de liderança lhe permitiu atuar como mediadora no processo de paz entre o Governo e os guerrilheiros da Guatemala.

Iêda Vilas-Boas
Escritora

O DIFÍCIL CAMINHAR

Antenor Pinheiro

Ainda que a questão não esteja pacificada entre os especialistas, estudos mais recentes identificaram que o ato humano de caminhar remonta há 3,7 milhões de anos, por óbvio o mais primitivo modo de se deslocar na superfície terrestre. No entanto, mesmo que tenhamos conquistado a lua e os primeiros passos humanos se aproximem do planeta Marte, caminhar ainda é o mais complexo desafio para as pessoas aqui na terra em pleno século XXI.

Com as populações migrando cada vez mais para as cidades, é nesses ambientes adensados que colecionamos os graves problemas da mobilidade humana, em especial nas regiões cujas infraestruturas são projetadas de sorte a priorizar os modos individuais motorizados de deslocamento.

O urbanista estadunidense Jeff Speck afirma que a construção das cidades parece obedecer a uma lógica cuja incumbência é derrotar os pedestres. Identifica nas "vias alargadas, calçadas diminuídas, árvores suprimidas, guias rebaixadas para dar acesso a estacionamentos" as intervenções que sacrificam a paisagem urbana em favor da circulação de automóveis "nas quais a vida dos pedestres é apenas uma possibilidade teórica" (SPECK, 2012).

Foto: Revista Trip

Antenor Pinheiro
Jornalista, membro da Associação Nacional de Transportes Públicos/ANTP

Na mesma linha segue o pensamento do urbanista dinamarquês Jan Gehl, que identificou o desprezo com as pessoas a característica comum da maioria das cidades, "independentemente da sua localização, economia e grau de desenvolvimento". Para ele, "as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas (...) A cada ano, as condições para a vida urbana e para os pedestres tronam-se menos dignas" (GEHL, 2015).

Ambos os autores convergem à necessidade do resgate da dimensão humana como o propósito indispensável para o planejamento das cidades, e como tal identificam na recuperação e otimização das áreas destinadas aos pedestres a política urbana essencial para desenvolver "cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis" (GEHL, 2015).

O caminhar seria o modo pelo qual a função social do espaço da cidade estaria reforçada como princípio para garantir a democratização do seu uso; a forma ativa para dela se apropriar; a escala adequada para vivenciar os detalhes que a compõem – a urbanidade resgatada, enfim!

Nesse contexto tão atual, não é exagerado imaginar que conseguimos ofuscar o sentido das cidades, transformando-as em meros pontos de passagem, espaços degradados e violentos, decorrentes de um jeito de agir corrompido por tecnologias capazes de nos projetar ao individualismo exacerbado.

Assim é que as políticas públicas adotadas pelos gestores das cidades corromperam-se de sorte a responder predominantemente às demandas das novas tecnologias de mobilidade, relegando ao plano inferior o conceito de cidades para pessoas.

O momento atual é, pois, de resiliência ética e conceitual do ponto de vista urbanístico, e a estratégia possível capaz de garantir o direito à cidade para todos necessariamente se inicia na construção da caminhabilidade ideal pela qual os contatos humanos se fortalecem na rotina.

Verdade que a escolha pelo modo de se locomover a pé, via de regra, depende de fatores externos a ela, tais como as condições físicas e sociais das pessoas, mas sobretudo às infraestruturas disponíveis que garantam e estimulem essa opção.

Faz-se necessário que sejam adequadas e atendam condições que lhes permitam ser "proveitosas, seguras, confortáveis e interessantes" – estas, as condições de caminhabilidade que vão influenciar a predisposição para as pessoas caminharem nos ambientes urbanos (SPECK, 2012).

Muito distante da realidade do Brasil o cenário ideal. Por aqui perdem os espaços urbanos suas funções produtivas, degradam-se e tornam obsoletos e nada atrativos seus atributos estéticos. Esta realidade nos leva à certeza de que precisamos mobilizar recursos para os processos de intervenções urbanas que sejam capazes de devolver ao meio urbano a vitalidade perdida. Um caminho espinhoso que requer inovação, mas sobretudo vontade política de fazer para que garantido seja o que há de mais óbvio e eloquente no planeta: o ato de caminhar.

DONA MARISA

exemplo de mulher, do povo e de luta

Trajano Jardim

Ruminei por vários dias a dor da intempestiva morte de dona Marisa, de forma trágica e inesperada. Menos pela morte da companheira, pois, afinal, esse é o caminho de todos nós.

Mas, pelas manifestações das "enzimas de excrescências", que se autodenominam seres humanos e pululam nesta sacrificada terra nossa, onde os valores se inverteram. Juízes se tornam "bandidos de bem", com sentenças políticas condenam cidadãos sem culpa formada e, sem cerimônia, subvertem a lei e absolvem criminosos com dinheiro e cabedal político, desde que sejam dos partidos de suas preferências.

Não tenho o hábito de acompanhar cotidianamente as redes sociais. No meu entendimento esse veículo importante da moderna comunicação, de forma imbecil, tornou-se o principal meio de disseminação de ódio entre os ditos animais racionais.

Porém, por cavacos do ofício, somos impelidos, vez por outra, a tomar conhecimento do que é difundido nas chamadas redes sociais, que de sociais têm quase nada. E o que se viu e ouviu no episódio da morte de dona Marisa é inconcebível numa sociedade que se arvora de cristã e democrática. Pessoas com formação acadêmica, de opiniões rastejantes e preconceituosas, chafurdaram no lamaçal das mídias.

Na ruminação da dor recordei-me de quando conheci dona Marisa. Foi no auge da campanha eleitoral de "Lula – Presidente", pela Frente Brasil Popular, em 2002, em Porto Alegre, por ocasião do Fórum Social Mundial.

Houve uma confraternização de todos os partidos que compunham a Frente, no Centro de Tradições Gaúchas. À época eu representava a direção nacional do PCB. Sentei-me ao lado dela. Conversamos sobre a campanha e ela falou-me da esperança que sentia na vontade do povo de eleger um trabalhador presidente da República.

Falava com um entusiasmo contagiante da campanha, da adesão, cada vez maior, da população mais carente do nosso país. Falou-me do respeito que tinha pelos companheiros do Partidão, do qual seu cunhado fora membro.

No alvoroço da comemoração do êxito do Fórum, ela atendia a todos com atenção e humildade, com uma altivez sem arrogância, própria das mulheres oriundas do povo.

Perguntei sobre movimento das mulheres que ela liderou, em 1979, por ocasião da prisão de Lula e dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Seus olhos azuis brilharam e demonstravam toda a firmeza e entusiasmo de ter sido protagonista daquela jornada que levantou o espírito de luta de mães, esposas e filhas dos que estavam sofrendo nas prisões do DEOPS de São Paulo.

Dona Marisa, como todos a tratavam, em público até mesmo o Lula, com sua posição firme de mulher operária, afrontou o mundo burguês das primeiras-damas anteriores que passaram pelo Palácio do Planalto. Poderia ter se acomodado nos espaços reservados às submissas, "recatadas e do lar". Mas não. Ela com sua força moral arrancou as máscaras dos pérfidos.

Para Mino Carta a morte de Marisa e as reações na classe média deste país da casa-grande e da senzala, suscitaram ferocidade, ódio de classe e ignorância dos senhores. Mas o povo contemplará a luz de uma estrela que brilhará para sempre no céu da história das heroínas brasileiras. Descanse em paz brava companheira. Dona Marisa, Presente!

Trajano Jardim
Jornalista e Professor
Universitário

SINPROEP
Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal

O CASAMENTO ENTRE O CÉU E A TERRA

Leonardo Boff

Hoje nos encontramos numa fase nova na humanidade. Todos estamos regressando à Casa Comum, à Terra: os povos, as sociedades, as culturas e as religiões. Todos trocamos experiências e valores. Todos nos enriquecemos e nos completamos mutuamente. (...) Vamos rir, chorar e aprender. Aprender especialmente como casar Céu e Terra, vale dizer, como combinar o cotidiano com o surpreendente, a imanência opaca dos dias com a transcendência radiosa do espírito, a vida na plena liberdade com a morte simbolizada como um unir-se com os ancestrais, a felicidade discreta nesse mundo com a grande promessa na eternidade.

E, ao final, teremos descoberto mil razões para viver mais e melhor, todos juntos, como uma grande família, na mesma Aldeia Comum, generosa e bela, o planeta Terra.

Leonardo Boff – Escritor. Filósofo. Teólogo.
Filósofo, Teólogo, Escritor. Leonardo Boff, junto com o cosmólogo Mark Hathaway, trata detalhadamente deste tema em "O Tao da Libertação, " Editora Vozes, 2010.

IGUANAS, TURISMO, SELFIES E MEIO AMBIENTE

Fotos: Paul Ojuara

Apesar do nome comum, iguanas-verdes (*Iguana iguana*) são verdes apenas quando bebês ou juvenis, mudando de cor à medida que envelhecem, tendendo então para marrom ou cinza. No Rio Grande do Norte, onde estas fotos foram feitas, são facilmente encontradas no alto de Embaúbas (*Cecropia sp.*), banqueteando-se com suas folhas.

Comumente confundidas com camaleões, estes e as iguanas pouco têm em comum, além do fato de serem répteis. Diferentemente das iguanas, nativas da fauna brasileira, os camaleões são da África e de Madagascar. Além disso, camaleões mudam a sua coloração quase que instantaneamente para camuflar-se e alimentam-se de insetos, projetando sua língua à distância para capturá-los, coisas que a iguana (que é herbívora, por sinal) é incapaz de fazer.

No Brasil, as iguanas-verdes são principalmente capturadas jovens para criação local ou para exportação ilegal. As fêmeas adultas capturadas são abertas para extração dos ovos e deixadas para morrer. Este tipo de exploração, junto com o desmatamento, tem comprometido suas populações.

Ainda que no Brasil caçar, capturar ou manter em cativeiro uma iguana sem autorização do IBAMA seja crime ambiental, dificilmente o autor deste crime sofrerá maiores consequências. Este fato, ocorrido em 2015, no RN, dá uma ideia do que acontece a pessoas que levaram a exploração de iguanas-verdes ao limite: após denúncia, a Polícia Ambiental apreendeu sete iguanas nas dunas no litoral.

No local, foi constatado que os animais encontravam-se cegos ou com a coluna vertebral lesionada para serem manuseadas com mais facilidade, quando turistas fizessem selfies com elas.

Como resultado da ação, cinco homens assinaram um simples termo circunstanciado de ocorrência por "utilização de animais silvestre para fins lucrativos e maus tratos", e foram liberados. As iguanas apreendidas foram encaminhadas ao IBAMA, mas, pelas condições em que foram encontradas, há dúvidas sobre o sucesso da reintrodução no seu habitat.

Infelizmente, a falta de consciência ambiental faz com que a exploração de iguanas seja algo recorrente. Carente de pessoal e recursos, a Polícia Ambiental nem sempre consegue agir a tempo de evitar graves sequelas aos animais.

A informação, portanto, é a melhor estratégia para minimizar tais situações e manter os animais silvestres aonde eles devem estar, no seu habitat natural. Se, como acreditava Ghandi, "devemos ser a mudança que queremos ver no mundo", a transmissão do conhecimento é a única forma de salvar nossa biodiversidade, pois conhecendo somos mais propensos a cuidar e preservar.

Paul Ojuara
Fotógrafo de vida selvagem. Biólogo. Mestre em Meio Ambiente. Instagram: ojuarapaul
site: www.ojuarapaul.com

George Leal Diab

DOD DO BONITO, UM CIDADÃO DE LUTAS!

O mês de abril começou sem a menor graça. No domingo, dia 02, George Leal Diab partiu dos espaços deste mundo. Por conta de um traiçoeiro câncer, descoberto recentemente, nosso amigo Dod tomou destino rumo ao infinito.

Foi-se, assim tão de repente, o militante das muitas e justas causas. Em Formosa não há quem não se recorde com carinho de George Leal Diab, o Dod do Bonito, da cultura popular, do meio ambiente e de todos os temas e lutas de interesse comunitário.

Era assim o nosso Dod: um quixotesco cidadão cerratense, carioca de nascimento, sempre a postos, sempre disposto a enfrentar cata-ventos e redemoinhos a favor do que é de direito e justo, em defesa do "Cerrado e de suas culturas, de pé. "

Em Brasília, Dod desembarcou bem jovem, aos 26 anos, para trabalhar no Banco Central. Ali, formou-se em jornalismo na Universidade de Brasília (UnB), tornou-se pianista e virou sócio do Mistura Fina, bar que marcou época na Asa Norte, na década de 1970.

A Formosa, chegou há uns 40 anos. Instalou-se na região do Bonito, onde fez de tudo um pouco: praticou agricultura e pecuária sustentáveis, organizou a comunidade, criou a Associação do Bonito e, por sete anos, promoveu com Terezinha, sua inseparável companheira, o inesquecível Encontro do Bonito de Culturas Populares, fortalecendo a cultura e o folclore da região.

Ao encantar-se em seus 70 anos, Dod nos deixa a sensação de que partiu antes do tempo. Para suas filhas, seus netos, seus filhos "adotivos" com Terezinha, seus companheiros e companheiras do Fórum do Meio Ambiente, da Folia da Roça, das festas populares de Goiás, de Minas e do Brasil, fica o íntegro exemplo de um grande brasileiro, de um grande cidadão, de um grande militante.

Em memória de Dod, haveremos de "seguir sonhando, seguir lutando".

Homenagem das Marias – Iêda, Sílvia, Lúcia, Martha e Zezé, suas amigas; de seus companheiros de lutas em Formosa, Goiás; da Clarissa, do Rodrigo, da Paloma, do Nilo, do Joe e do Ed; do Jaime e da equipe da Xapuri.

"Não frequentas mais, de corpo
comovido, os espaços do mundo. A medida do
tempo não te alcança. Já ganhaste a dimensão do
sonho, és luzeiro da esperança."

Thiago de Mello

Em 2018, a luta dos povos da floresta completará 30 anos sem Chico Mendes, símbolo maior da trajetória de construção social, sindical e ecológica em defesa da Amazônia e dos povos que nela vivem.
Porém, o tiro certeiro que assassinou Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988 foi incapaz de calar seu sonho de justiça e liberdade. Chico Mendes continua vivo na memória e nos sonhos renovados de cada um e cada uma de nós.
O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) começa agora o projeto CHICO MENDES – 30 ANOS rumo a uma grande mobilização nacional para honrar a memória e multiplicar os ideais de Chico Mendes pelo Brasil e pelo mundo.

VOCÊ PODE FAZER PARTE DESSA CAMINHADA.
O QUE VOCÊ GOSTARIA QUE FOSSE FEITO PARA OS 30 ANOS
DO ENCANTAMENTO DO CHICO MENDES?

MANDE SUA SUGESTÃO PARA:

contato@xapuri.info

Chico Mendes Vive!

CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS
CNS

MEMORIAL CHICO MENDES

AO VIVO

TODAS AS SEXTAS,

ÀS 14H30, NA TV COMUNITÁRIA, CANAL 12 DA NET.

TV BANCÁRIOS
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

AS EDIÇÕES SÃO REPRISADAS NOS SEGUINTES DIAS E HORÁRIOS

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
13H	23H	13H	18H	22H30	12H	16H30

Assista também no portal **bancariosdf.com.br** e no **facebook/bancariosdf**

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA